



Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Posse

Praça Chafia Chaib Baracat, 351 – Tel. (19) 3896-9000, ramal 9016

e-mail: juridico@pmsaposse.sp.gov.br · CEP 13831-024

Santo Antonio de Posse/SP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 99/2023

PROCESSO Nº 5251/2023

OBJETO: Registro de Preços, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA E MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA NOS EQUIPAMENTOS DOS POÇOS ARTESIANOS, CAPTAÇÕES DE ÁGUA, ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA(ETA), ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, COM O FITO DE ATENDER A SECRETARIA DE SANEAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE POSSE/SP, de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital

Secretaria da Fazenda

Sra. Pregoeira,

Trata-se de análise e parecer jurídico sobre o recurso interposto em Pregão Eletrônico nº 99/2023, cujo objeto é o Registro de Preços, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA E MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA NOS EQUIPAMENTOS DOS POÇOS ARTESIANOS, CAPTAÇÕES DE ÁGUA, ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA(ETA), ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, COM O FITO DE ATENDER A SECRETARIA DE SANEAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE POSSE/SP, de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital.

1. DOS FATOS:

Conforme se constatou em sessão de licitação, houve interposição recursal por sociedade empresária participante de Pregão Eletrônico nº. 99/2023, sob a alegação de que foi incorreta a decisão de anulação do certame.



01/05



Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Posse

Praça Chafia Chaib Baracat, 351 – Tel. (19) 3896-9000, ramal 9016

e-mail: juridico@pmsaposse.sp.gov.br · CEP 13831-024

Santo Antonio de Posse/SP

Como medida de se comprovar tal ilegalidade, o Recorrente pleiteia tal ato com fulcro no dever de observância ao Edital, assim como ausência de motivação sobre tal ato. Nesse sentido, requer seja revista a decisão de anulação e que seja dado andamento correto nos atos do certame.

É o relatório.

2. DO MÉRITO:

Preliminarmente, há de se destacar que o procedimento aqui realizado (Pregão) tal ato deve ser praticado sem qualquer tipo de excesso de formalismo, sendo certo que deve ser rechaçado quaisquer requisitos, desde que tais exigências não prejudiquem a ampla competitividade ou a segurança jurídica das relações.

Por oportuno, também é de conhecimento desta Administração que excesso de formalismo compromete não só a competitividade licitatória, dos artigos 3º, parágrafo 1º, I, da Lei 8.666/93, como também é vedado ao agente público praticar situações que comprometem, restringem ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório.

Outrossim, os atos administrativos a serem realizados pela Administração devem ser pautados pelo princípio da Legalidade, expressamente previsto no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, o qual esclarece que a administração Pública está altamente atrelada a lei e somente pode fazer aquilo em que a lei permitir, nas palavras do Insigne doutrinador Hely Lopes Meirelles, em sua obra *Direito Administrativo Brasileiro* (25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000):

“A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, *caput*), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.”
(grifo nosso)

...
“Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza”.
(grifo nosso)

Corroborando com tal entendimento, a lei nº. 8.666/93 (lei geral de licitações) estabelece a necessidade de observância dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, assim como legalidade e isonomia, nos seguintes termos:



Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Posse

Praça Chafia Chaib Baracat, 351 – Tel. (19) 3896-9000, ramal 9016

e-mail: juridico@pmsaposse.sp.gov.br · CEP 13831-024

Santo Antonio de Posse/SP

Art. 3º A LICITAÇÃO DESTINA-SE A GARANTIR a observância do princípio constitucional da **ISONOMIA**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos **DA LEGALIDADE**, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DO JULGAMENTO OBJETIVO** e dos que lhes são correlatos. (destaquei)

Demais disso, a referida lei nº. 8.666/93 ressalta e estabelece que a Administração tem sua conduta estritamente vinculada as normas e condições do Edital, nos termos do art. 41, à saber:

Art. 41. A ADMINISTRAÇÃO NÃO PODE DESCUMPRIR AS NORMAS E CONDIÇÕES DO EDITAL, AO QUAL SE ACHA ESTRITAMENTE VINCULADA. (destaquei)

Assim, da leitura dos artigos acima, conclui-se facilmente que a Administração Pública, sob pena de ilegalidade do ato e quebra da isonomia, **NÃO PODE SE AFASTAR DO JULGAMENTO OBJETIVO DO CERTAME OU VINCULAÇÃO AO EDITAL.**

Corroborando com tal entendimento, o Ilustre Doutrinador Matheus Carvalho, em sua obra “Manual de Direito Administrativo”, Ed. *JusPodivm*, 9ª Edição, ano 2021, assim nos esclarece:

“A elaboração do edital pela Administração pública é livre e discricionária, na busca por satisfazer os interesses da coletividade; todavia, **APÓS A SUA PUBLICAÇÃO, A ADMINISTRAÇÃO FICA VINCULADA ÀQUILO QUE FOI PUBLICADO.** Com efeito, a discricionariedade administrativa se encerra com a elaboração do edital e, **UMA VEZ PUBLICADO, SEU CUMPRIMENTO É IMPERATIVO**”. (destaquei)

Quanto ao ponto recursal de “ANULAÇÃO sem motivação expressa”, destacamos que a referida tomada de decisão foi providenciada pela Pregoeira após ter sido comprovado que houve conhecimento prévio entre os interessados, nos termos do justificado em Ata de sessão, basta uma leitura simples da Ata de licitação em referência que se verificará a motivação exposta que enseja anulação.

Ora, em momento anterior a fase de conhecimento do proponente vencedor, o referido licitante entregou documento e se identificou com os membros da Equipe de Licitação, fato esse que notadamente prejudicou a isonomia e impessoalidade.

Dizer o contrário, estaria essa Administração firmando Ata de Registro de Preços eivada de nulidade (eis que houve conhecimento prévio).

ES 03/05



Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Posse

Praça Chafia Chaib Baracat, 351 - Tel. (19) 3896-9000, ramal 9016

e-mail: juridico@pmsaposse.sp.gov.br · CEP 13831-024

Santo Antonio de Posse/SP

Não só bastasse isso (prejuízo a isonomia e impessoalidade), pode-se afirmar também que o prosseguimento do certame nos termos atuais ensejaria em prejuízo aos princípios da vantajosidade e economicidade.

Quanto ao ponto recursal que pede a desclassificação da proposta por inexequibilidade, importante esclarecer que cabe ao interessado demonstrar a exequibilidade aos licitantes, não podendo a Administração providenciar uma análise inflexível sobre o tema, sob pena de nulidade do ato, vejamos a decisão do Tribunal de Justiça:

LICITAÇÃO. INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA. PRESUNÇÃO RELATIVA. A inexequibilidade de valores prevista no art. 48 da Lei nº 8.666/1993 (de 21-6), incluída a que se considera manifesta (§ 1º), não tem o estatuto de uma presunção absoluta: "Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la" (Marçal JUSTEN FILHO). Provimento do recurso. (TJ-SP - AC: 10066735220158260297 SP 1006673- 52.2015.8.26.0297, Relator: Ricardo Dip, Data de Julgamento: 27/04/2018, 11a Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 27/04/2018)

(...) A APRECIÇÃO DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA NÃO DEVE OCORRER DE MANEIRA INFLEXÍVEL, POSTO QUE, POR SE TRATAR DE PRESUNÇÃO RELATIVA, mostra-se razoável franquear à empresa a oportunidade de demonstrar sua capacidade de executar o serviço satisfatoriamente, conforme orientação sedimentada no STJ. Entendimento firmado também na ambiência das Câmaras de Direito Público do TJCE. 4. Agravo de Instrumento conhecido e desprovido. ACÓRDÃO ACORDA a 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ, por uma de suas turmas julgadoras, à unanimidade, em conhecer do Agravo de Instrumento, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, parte deste. Fortaleza, 9 de novembro de 2020. (TJ-CE - AI: 06216493220208060000 CE 0621649-32.2020.8.06.0000, Relator: ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES, Data de Julgamento: 09/11/2020, 3ª Câmara Direito Público, Data de Publicação: 09/11/2020)(destaquei)

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA INEXEQUÍVEL. ART. 48, I E II, § 1º, DA LEI 8.666/93. PRESUNÇÃO RELATIVA. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO PELO LICITANTE DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA. RECURSO DESPROVIDO. (...) A licitação visa a selecionar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, de maneira que a inexequibilidade prevista no mencionado art. 48 da Lei de Licitações e

11/04/05



Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Posse

Praça Chafia Chaib Baracat, 351 – Tel. (19) 3896-9000, ramal 9016

e-mail: juridico@pmsaposse.sp.gov.br · CEP 13831-024

Santo Antonio de Posse/SP

Contratos Administrativos não pode ser avaliada de forma absoluta e rígida. Ao contrário, deve ser examinada em cada caso, averiguando-se se a proposta apresentada, embora enquadrada em alguma das hipóteses de inexecutabilidade, pode ser, concretamente, executada pelo proponente. Destarte, a presunção de inexecutabilidade deve ser considerada relativa, podendo ser afastada, por meio da demonstração, pelo licitante que apresenta a proposta, de que esta é de valor reduzido, mas exequível. (...) (STJ - REsp: 965839 SP 2007/0152265-0, Relator: Ministra DENISE ARRUDA, Data de Julgamento: 15/12/2009, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/02/2010)

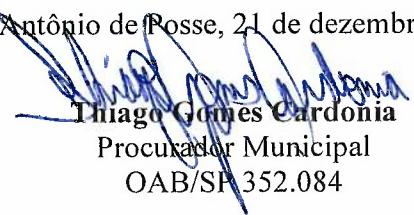
Assim, considerando que tal situação ensejou necessariamente prejuízo a diversos princípios que norteiam essa Administração, dentre eles destaque: impessoalidade, isonomia, vantajosidade e economicidade, foi proposta a presente Anulação do certame, sendo certo que tal ato não gerou nenhum tipo de prejuízo aos interessados em formalizarem a respectiva Ata de Registro de Preços.

3. DA CONCLUSÃO

Posto isso, pelos fundamentos acima delineados, acompanho os argumentos expostos pela Pregoeira em sessão de licitação datado de 15/12/2023, consequentemente, OPINO pela ANULAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 99/2023, devendo a Administração (caso persista a necessidade) providenciar a republicação de Edital, sendo certo que DEVEM os licitantes e a ADMINISTRAÇÃO seguir os termos previamente estabelecidos em Edital, sob pena de nulidade do ato e apuração para responsabilização aos agentes envolvidos.

É de se esclarecer, outrossim, que o presente parecer é meramente opinativo, não possuindo caráter decisório, conforme sólidos entendimentos doutrinários (José dos Santos Carvalho Filho, Manual de Dir. Administrativo. 33ª Ed. São Paulo: Atlas, 2019) e jurisprudenciais (STF, Pleno, ADPF 412 AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, j. 20.12.2019, DJe 26.02.2020; e STF, Habeas Corpus (HC) 171576, Rel. Min. Gilmar Mendes).

Santo Antônio de Posse, 21 de dezembro de 2023.


Thiago Gomes Cardonha
Procurador Municipal
OAB/SP 352.084